

Editorial

Desde o século XIX, os discursos construtores das nacionalidades louvam as pretensas singularidades “naturais” ou os traços específicos da “terra mãe”. Os românticos foram particularmente arrebatadores nesse terreno: “Nosso céu tem mais estrelas, nossas aves têm mais cores, nossos bosques têm mais vida...”.

O poema idílico do maranhense Gonçalves Dias (1823-1864) em sua “Canção do Exílio” (1847) tem versões em todas as línguas. À medida que se intensificavam os intercâmbios entre povos e sociedades, intensificava-se igualmente a busca por legitimidade dos Estados por meio de comunidades que, paulatinamente, seriam reconhecidas como “nacionais”.

A louvação das belezas e riquezas da terra natal desenvolveu-se paralelamente, ao longo do século XX, à glorificação da ciência; prevalecia a noção de que o grande objetivo do progresso seria o “domínio do ser humano sobre a natureza”. Expedições científicas dos países hegemônicos cruzaram os quatro cantos do planeta, amparados no sonho de expandir o conhecimento.

Na verdade, tratava-se de um capítulo-chave das disputas ensejadas pelo capitalismo industrial, sedento de matérias-primas e mercados consumidores. A ideia de “preservação das riquezas naturais” já tomava corpo, mas ninguém suporia as proporções da chamada “crise ambiental” apresentada nas últimas décadas do século XX. Agora, o cuidado com a natureza não pertenceria mais à alçada doméstica: seria uma iniciativa global; o destino de bosques, aves, peixes e cursos d’água, símbolos das particularidades dos “solos pátrios”, ameaçados pelo desenvolvimento, constituiria preocupação de todos. Com efeito, a natureza não reconhece fronteiras políticas, estabelecidas pela força, e a defesa ambiental só tem cabimento se encarada de forma global; a “natureza” teima em não ser nacional.

Ocorre que, como assinalamos na edição passada, dedicada aos “desastres naturais”, a genérica responsabilização da “ação

humana” teve como objetivo descaracterizar o papel efetivo de Estados, grandes corporações e organismos internacionais no tocante a essa crise.

Em Falsas respostas à “crise ambiental”, que abre esta edição, Maria Elisabeth Duarte Silvestre demonstra que o principal efeito da “crise ambiental” tem sido a ampliação do mercado via valoração monetária da natureza. A autora destaca a mobilização das agências multilaterais, do Estado e do pensamento acadêmico em defesa de um “desenvolvimento sustentável”, baseado no aprofundamento das relações mercantis. Em outras palavras, o mesmo crescimento econômico que enseja a crise dela tenta tirar proveito. As iniciativas nacionais em defesa do meio ambiente findam integrando uma cadeia de reprodução do sistema capitalista. O enfrentamento da crise ambiental conduz à formação da consciência mundial acerca do meio ambiente, mas isso nada tem a ver com o abrandamento das sensibilidades nacionalistas.

Adam Holesch explora a mais importante tentativa de criação de uma ampla identidade coletiva, no caso, a da Europa. Depois de mais de meio século de esforços visando a integração dos países europeus, o saldo é precário, seja porque a União Europeia não logra mostrar ancestralidade e memórias comuns compartilhadas seja porque as ferramentas para garantir a unidade são débeis e fragmentárias.

Benedict Anderson, mais uma vez presente em nossa revista, agora observa os critérios políticos que orientam a outorga do disputado prêmio mundial de literatura. Anderson se volta para os não contemplados com o Prêmio Nobel de literatura, revelando as tendências de três conjunturas distintas: a que antecede a configuração da bipolaridade, a da Guerra Fria e o pós-Guerra Fria. Fica claro que o mérito intrínseco cede a vez à conformação da hegemonia internacional.

Dois artigos desta edição examinam aspectos intrigantes da realidade africana. Jeane Silva de Freitas analisa a dificuldade de absorção de valores ocidentais na Guiné-Bissau, em particular os relativos aos “direitos humanos”. Seu foco é a dificuldade para a superação do tratamento tradicionalmente dispensado às crianças. Fernando Brancoli e Diana Thomaz abordam os discursos e as

práticas de grupos islâmicos no Egito, especialmente a Irmandade Mulçumana, após a queda de Hosni Mubarak.

Nos complexos movimentos de reconfiguração das relações de poder na atualidade, um dos temas mais sensíveis é o da montagem dos esquemas de defesa militar. Tais esquemas são construídos em prazos alongados, já que envolvem não apenas o estabelecimento de alianças, mas a expansão da capacidade tecnológica e industrial que exige grandes investimentos. Guillermo Lafferriere estuda o caso dos “emergentes”, revelando como se postam os “velhos” atores como os Estados Unidos.

Esta edição traz ainda matérias sobre dois vultos paradigmáticos da construção da nacionalidade brasileira no século XIX: José de Alencar e Bonifácio. Considerando que o Brasil não conta com um *poema épico*, um *romance nacional* ou uma obra literária aceita como grande referência para a construção da nacionalidade, Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes propõe que Alencar se atribuiu a tarefa de realizar um projeto literário que desse sentido à nascente comunidade brasileira. Por sua vez, Ronaldo Carmona disserta sobre o papel de Bonifácio na estruturação dos princípios fundadores da doutrina brasileira de política externa e de estruturação do Estado nacional.

Nacionalidades vivem de promessas; são alimentadas pela esperança de dias melhores. Os governantes brasileiros têm se empenhado em programas de “inclusão social” sugetivos de expressivo crescimento do mercado interno. Esses programas despertam a curiosidade internacional e são apontados como cruciais no jogo eleitoral. Finalizamos esta edição com um estudo sobre a atuação do governo brasileiro relativamente ao chamado “setor informal” da economia. João Bosco Feitosa dos Santos, Júnior Macambira e Inácio José Bessa Pires tentam captar a percepção dos segmentos sociais objeto dessa política pública específica.